

# Entre a inclusão digital e o desenvolvimento social: uma visita à Casa Brasil de Vigário Geral

Alberto Jorge Silva de Lima<sup>1</sup>  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
[alberto@cos.ufrj.br](mailto:alberto@cos.ufrj.br)

Henrique Luiz Cukierman<sup>2</sup>  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
[hcukier@cos.ufrj.br](mailto:hcukier@cos.ufrj.br)

**Resumo:** Este artigo faz uma apresentação da Casa Brasil de Vigário Geral, espaço administrado por uma ONG e inserido no âmbito de um projeto mais amplo do Governo Federal, lançado em 2005, cujo intuito original era o de fomentar a inclusão social através da inclusão digital de áreas do país com baixo IDH. Utilizando alguns referenciais do campo de estudos de Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), defendemos a ideia de que não há uma relação causal entre inclusão digital e social e tecemos algumas considerações sobre possíveis caminhos para a construção de políticas públicas mais afeitas à complexidade dos espaços onde elas se articulam. O objetivo é contribuir para a construção de um mundo onde as Tecnologias da Informação e da Comunicação estejam articuladas com concepções de vida mais plurais e democráticas sem, no entanto, naturalizar os caminhos para o exercício de tal construção.

**Palavras-chave:** inclusão digital, inclusão social, políticas públicas, Casa Brasil.

**Abstract:** This paper is a presentation of the Casa Brasil unit of Vigário Geral, a space run by a NGO and inserted as part of a broader project of the Brazilian Federal Government, launched in 2005, whose original intent was to promote social inclusion through digital inclusion of low HDI areas. Using some references of the Science Studies field, we defended the idea that there is not a causal relationship between digital and social inclusion, and we have made some considerations about possible ways to build public policies more tailored to the complexity of the spaces where they fit together. The goal is to help in the construction of a world where Information and Communication Technologies are articulated with more plural and democratic conceptions of life, avoiding the naturalization of the ways to exercise such construction.

**Keywords:** digital inclusion, social inclusion, policies, Casa Brasil.

## Caminhos possíveis

### Cena 1

*A kombi segue seu curso pelas ruas da Zona Norte carioca. Comigo, seguem mais duas pessoas, além do motorista, no transporte*

- 
- 1 Mestrando da linha de pesquisa de Informática e Sociedade do Programa de Engenharia de Sistemas e Computação da COPPE/UFRJ e professor do CEFET/RJ.
  - 2 Professor da linha de pesquisa de Informática e Sociedade do Programa de Engenharia de Sistemas e Computação da COPPE, do Programa em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia (HCTE) e do curso de Engenharia da Computação e Informação da Escola Politécnica, todos da UFRJ.

*alternativo que talvez já tenha se tornado o principal meio de locomoção nos bairros ditos suburbanos. Saio de Bonsucesso, em direção à Vigário Geral. No caminho, casas de um único andar, no máximo dois, simples, com muros baixos (embora seja possível perceber alguns altos e com grades) e quintais – geralmente sem jardim –, morros com muitas casas, favelas aqui e acolá, comércio intenso, muitas pessoas nas ruas, muita riqueza de cores e de gente. Embora nunca tenha estado em Vigário Geral, me sinto em casa. A sensação é reforçada pela presença quase constante da linha férrea, que parte da Central do Brasil em direção à Saracuruna. Trata-se de trecho da antiga Estrada de Ferro Leopoldina Railway. Peço para ficar na Praça Dois. Depois de 40 min chego a uma praça rodeada principalmente por lojas comerciais (mercados, casas de material de construção, cabeleireiros, bancos etc.). Olho em volta. Ao lado de um mercado, vislumbro um portão com uma faixa que me prende a atenção: "Casa Brasil". Me aproximo. Vejo um corredor a céu aberto e uma escada que leva a um sobrado. Bato palmas; ninguém responde. Depois de muito insistir, percebo que o portão está aberto e subo as escadas.<sup>3</sup>*

Previsto para ser implantado em áreas de “notória pobreza”, o Projeto Casa Brasil teve seu primeiro e único edital de convocação publicado em junho de 2005<sup>4</sup>. O objetivo do edital foi financiar propostas que tivessem como “finalidade promover o desenvolvimento e universalização das tecnologias da informática e comunicação e a consequente inclusão social e a inclusão digital, por meio de atividade de extensão inovadora, disseminação e transferência de tecnologia” (MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA *et al.*, 2005).

A citação acima aponta para um raciocínio estruturado de forma linear, segundo a articulação de três elementos:

- Causas: a promoção do desenvolvimento e universalização das tecnologias da informática e comunicação (TICs);
- Consequências: a inclusão social e a inclusão digital;
- Meios: a atividade de extensão inovadora e a disseminação e transferência de tecnologia.

Fiel a este raciocínio linear, o edital previa recursos para a criação de um espaço chamado *Casa Brasil*, “um espaço comunitário, gratuito e de acesso irrestrito, que tem como finalidade funcionar como um centro de aperfeiçoamento tecnológico, divulgação científica, ciência, cultura e

---

<sup>3</sup> Esta cena (e as subsequentes) são narradas na primeira pessoa do singular pois o trabalho de campo foi realizado apenas por Alberto Jorge Silva de Lima.

<sup>4</sup> Edital MCT-SECIS/CNPq/Casa Civil – ITI/CGPCB nº 041/2005, publicado no Diário Oficial da União (DOU), nº 117, 21 de junho de 2005. Seção 3, p. 5.

lazer” (MCT et al., 2005).

Este espaço, ainda segundo o edital, deveria ser estruturado por módulos, compreendendo: um telecentro, uma biblioteca popular, um auditório, um estúdio multimídia, um laboratório de informática, montagem e manutenção e/ou um laboratório de ciências ou oficina de ciências e uma oficina de rádio.

A descrição de uma caminhada, de uma trilha repleta de sons, imagens, cores, gente, inserida logo ao início deste artigo, não é uma mera coincidência. Também não é coincidência o início da descrição do projeto Casa Brasil através do edital de convocação de propostas. A questão que se coloca diz respeito à possibilidade de continuar a contar a história do projeto privilegiando suas intenções originais, ou se é mais enriquecedor monitorá-las em confronto com a performance do projeto em suas práticas cotidianas.

A resposta não é tão evidente. Acreditamos que políticas públicas são importantes para a configuração de uma série de realidades. Desta forma, é essencial conhecer as intenções inscritas nos projetos dessas políticas, diríamos mesmo um dever de todos aqueles interessados em se fazer ouvir na (e participar da) construção de um país mais justo. Entretanto, o mundo não é tão simples como os projetos em geral tendem a fazer crer. Sempre há disputas na definição dessas políticas, assim como em sua execução. Nada do que foi previamente definido está livre de desviar-se ou de ser desviado. Os interesses são elásticos e múltiplos. Além disso, há sempre a presença daquilo que poderíamos chamar de acaso. Daí, a importância de se acompanhar o movimento dos atores em ação, não só através daquilo que eles dizem fazer, mas na observação daquilo que eles efetivamente fazem. Uma estratégia semelhante à adotada por Bruno Latour (2000), para quem estudar a tecnociência implica seguir, como uma sombra, cientistas e engenheiros em ação.

Por onde caminham? Com quem e com o quê os atores se alinham? São algumas das perguntas possíveis. As respostas, por sua vez, podem servir de guias para políticas públicas renovadas, embora sempre parciais em seu desejo de conformar a realidade, no sentido de que não é possível ter um controle total sobre o desempenho de tais políticas. Assim, mesmo conceitos geralmente tidos como “naturais”, inquestionáveis ou dados – como, por exemplo, a “inclusão digital” – devem ser problematizados. Fazê-lo não implica em desqualificar o trabalho daqueles que tem fé nesses conceitos e que os utilizam para a construção de suas versões de realidade. Não se trata, todavia, de aceitá-los em sua pretensa “naturalidade”.

O Casa Brasil, com sua proposta de criação de um espaço de cidadania centrado em torno de uma certa cultura digital comunitária, encontra muitas semelhanças com outras iniciativas que veem/viram nos computadores um instrumento de liberdade, como, por exemplo, aquelas conduzidas pelos chamados “*hackers* guerrilheiros”, nos Estados Unidos das décadas de 60 e 70

(ROSZAK, 1988). O computador digital, analisado por Edwards (1995) como um suporte para a criação do mundo fechado e centralizado da Guerra Fria, dominado pelo chamado complexo militar-industrial norte-americano – e como metáfora deste próprio mundo –, ganha nos anos da contracultura norte-americana, segundo Roszak, o status de “instrumento da política democrática”, um meio de permitir a “milhões de pessoas acesso a bancos de dados de todo o mundo, os quais – assim se encaminhava a argumentação – eram a condição essencial para uma cidadania autoconfiante” (ROSZAK, 1988, p. 225).

É pensando nesta possibilidade de se encarar o computador – ou as TICs, para ficar com um termo mais abrangente –, como aliado na construção de um país mais plural e democrático que escolhemos falar sobre o Casa Brasil.

Assim, a proposta deste trabalho é propor um olhar híbrido como um caminho para a narrativa de um projeto de inclusão digital e social. Híbrido no sentido de observar as articulações entre as definições de uma política pública e sua consecução no complexo mundo de sons, cores, gente, suor, e máquinas.

## **Um caminho entre Madureira e Vigário Geral**

### Cena 2

*Subo as escadas. À minha frente, em um espaço delimitado por divisórias plásticas, vislumbro através de um vidro três mulheres conversando. Me apresento. Uma das mulheres toma a palavra e diz que pode conversar comigo. Trata-se de V., coordenadora-geral e fundadora da ONG. A sala, que serve de secretaria, embora não muito grande, é aconchegante. Dividimos o espaço com mais duas escrivaninhas, com seus respectivos computadores. Sentada em uma delas, V. me convida para sentar também.*

Quando pedi à V. para relatar o processo de fundação de sua ONG, ela me pediu permissão para falar um pouco de sua história de vida. O pedido era um prato cheio para uma pesquisa que, como esta, propõe estudar projetos tecnológicos segundo um olhar sociotécnico. Neste sentido, embora meu interesse inicial fosse o telecentro da ONG, seu relato conduziu esta pesquisa para veredas muito mais ricas e surpreendentes do que inicialmente imagináramos. Seu relato começou em sua infância, em Vigário Geral.

Eu nasci aqui em Vigário Geral. (...) eu fui muito pobre, muito pobre, sem ter condição nenhuma de estudar. Era uma dificuldade muito grande, porque meu pai era feirante (...) a gente queria estudar e não podia e eu tinha que fazer um curso de datilografia, até pra gente conseguir alguma coisa, em Madureira. Então eu tinha

que ir a pé e voltar. E eu achava isso muito difícil; e eu tinha um sonho, que seria fazer faculdade, de poder me formar e ter uma vida melhor. Consegui fazer datilografia<sup>5</sup>.

As caminhadas de Vigário Geral até Madureira, um caminho sem dúvida longo, parecem ter deixado marcas profundas em V.<sup>6</sup>. As dificuldades desta época, somadas a uma melhoria nas condições de vida – ao que parece, proporcionada pelo acesso ao ensino superior –, fizeram germinar a ideia de criar uma ONG. Em suas palavras,

(...) queria muito que em Vigário Geral as pessoas tivessem uma outra oportunidade, que eu não tive, por ser tão pobre. (...) tive uma condição melhor depois que fiz minha faculdade, me casei, fui morar em outro lugar. (...) Foi quando eu pensei em criar uma ONG com a intenção de trazer pra cá uma estrutura, de botar aqui cursos... aquilo que eu aprendi, eu queria passar para outras pessoas. Então eu comecei a dar apoio pedagógico para aquelas crianças que não tinham condições de fazer um curso pré-vestibular, eu comecei um reforço escolar, montei uma biblioteca com livros, comecei a chamar as crianças pra lerem, pra fazer uma roda de leitura.

A ONG fundada por V., o Instituto de Desenvolvimento e Inclusão Social (IDIS), vivenciou um salto estrutural quando teve aceita sua proposta de implantação de uma Casa Brasil em Vigário Geral.

(...) tive a oportunidade de participar do edital da Casa Brasil e a gente teve uma surpresa danada quando a gente foi um dos primeiros colocados em nível Brasil. A gente ganhou o edital e ele dava condições da gente ter computadores, de montar um laboratório de informática, de multimídia, um auditório, um laboratório de montagem e manutenção [de microcomputadores], uma biblioteca. (...) a gente ganhou este recurso, que dava mais pra gente a parte de equipamentos.

Através do relato de V., percebemos claramente sua preocupação, dentre outras, com a infraestrutura. Neste sentido, era crucial a questão do aporte de recursos oferecido pelo edital do projeto Casa Brasil que tinha uma previsão de somente um ano, com vigência da parceria entre governo federal e a ONG por somente três anos. Em outras palavras, durante o primeiro ano do projeto, o governo federal, além da construção dos laboratórios/módulos, pagaria bolsas. Em contrapartida, a instituição mantenedora – neste caso, a ONG –, arcaria com os custos de manutenção do espaço e com a administração da casa. Nos dois anos seguintes, o governo sairia de cena, mas a ONG deveria garantir a manutenção das atividades segundo o estabelecido no edital.

Como, segundo V., a ONG jamais teve alguma pretensão de lucro, a manutenção das

---

5 Entrevista realizada em 6/10/2010.

6 A distância entre os bairros, em um trajeto feito a pé, é de aproximadamente 10 km (calculados através do serviço web Google Maps).

atividades sempre foi garantida através de parcerias com órgãos governamentais e empresários. Em suas palavras: “Já tivemos parcerias com o Ministério do Trabalho, com a prefeitura. E hoje tá um pouco parado, a gente tá com eleição<sup>7</sup> aí... então, depois da eleição a gente tá fechando novas parcerias”.

V. revelou, emocionada, que a ONG estava passando por dificuldades financeiras e que já pensara em encerrar as atividades. Entretanto, como em época de eleição os governantes tendem a mudar o foco para suas respectivas campanhas, ela tinha fé que, passado o período eleitoral, novas parcerias poderiam surgir.

A importância do poder público para a manutenção da Casa Brasil foi revelando-se aos poucos. No topo das escadas que conduziam ao espaço da ONG, por exemplo, destacavam-se as fotografias oficiais de Luiz Inácio Lula da Silva, presidente da república, e de Carlos Lupi, seu ministro do trabalho. Muitos cursos oferecidos pela ONG também estavam ligados a projetos governamentais, tais como o ProJovem<sup>8</sup> e o PlanSeQ<sup>9</sup>.

Perguntei a V. sobre a possibilidade de conversar com pessoas que tivessem feito cursos oferecidos pela ONG, principalmente o de informática. V. confessou que não havia uma turma de informática ativa e que boa parte dos ex-alunos trabalhava durante o dia, o que dificultava o agendamento de uma entrevista. Retornei à ONG em outro dia para realizar estas entrevistas, sem me preocupar com o caráter do curso em questão.

## **Caminhos entre inclusão digital e desenvolvimento social**

### Cena 4<sup>10</sup>

**Maria:** *Eu vim na inauguração [da Casa Brasil] (...). Inscrevi meu filho para o curso de informática (...). Depois uma outra pessoa falou pra mim que [também] tinha corte e costura aqui. (...) aí foi quando eu vim, porque na época eu só sabia que tinha [curso] de informática e eu acho que isso é muito complicado.*

**Alberto:** *Você tem computador em casa?*

**Maria:** *Meu filho tem, mas não sei nem ligar. (...) Ele não me ensina*

---

7 A entrevista foi realizada na véspera das eleições para cargos estaduais e federais.

8 O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) “destina-se a promover a inclusão social dos jovens brasileiros de 18 a 29 anos que, apesar de alfabetizados, não concluíram o ensino fundamental, buscando sua re-inserção na escola e no mundo do trabalho, de modo a propiciar-lhes oportunidades de desenvolvimento humano e exercício efetivo da cidadania”. As ações procuram articular “o ensino fundamental, a qualificação profissional e a ação comunitária, visando à formação integral do jovem, considerado como protagonista de sua formação” (SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE, 2007).

9 O Plano Setorial de Qualificação (PlanSeQ) é uma ação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), integrada ao Plano Nacional de Qualificação (PNQ), cuja finalidade é atender à demandas emergenciais de qualificação profissional, junto a sindicatos, empresas, movimentos sociais, governos municipais e estaduais (MTE, 2008).

10 O diálogo desta cena ocorreu em entrevista realizada em 22-10-2010. Cinco outras mulheres participantes do mesmo curso foram entrevistadas neste dia.

*e acho que é uma coisa que eu também tenho medo. (...) Mas já tô pensando em ir lá ligar pra ter uma noção (...) Vim fazer meu curso, porque eu preciso (...) Qual meu sonho: tinha vontade de um dia assinar minha carteira. Com 48 anos, não assinei. Talvez pra uma pessoa de cima isso não signifique nada, mas pra mim isso é muito importante (...) ou então ter tipo uma microempresa pra mim; era meu sonho.*

**Alberto:** *A senhora pretende fazer eventualmente outros cursos daqui? Ou de repente este de informática?*

**Maria:** *Eu queria fazer talvez o de informática. Porque onde eu vou hoje, precisa. E se eu não souber, fico pra trás. Tipo uma cega, né? Porque quem não sabe é cega hoje (...). Tudo que eu quero, tenho que pedir (...) Fico pedindo às minhas filhas, mas elas trabalham (...) Mesmo que lá em casa não tenha, tem a lan house. Mas eu não sei. Vou na lan house pra quê? Pra ficar pedindo aos outros?*

O diálogo desta cena ocorreu durante uma oficina de costura, vinculada ao projeto PlanSeq. Foram entrevistadas seis mulheres participantes do curso, todas moradoras de Vigário Geral. A maior parte delas estava ali para conseguir uma fonte de renda extra; várias eram donas de casa e procuravam uma qualificação para conseguir um emprego, por exemplo. Ficaram sabendo sobre os cursos da Casa Brasil através da rede de amigos e de anúncios. O diálogo transcrito na Cena 4, em particular, mostra a complexidade das relações engendradas com o projeto Casa Brasil, ainda que aquelas mulheres não estivessem realizando um curso diretamente ligado às TICs. Fica claro, por exemplo, que a porta de entrada de Maria na ONG foi o curso de informática. Assim como ela, outra entrevistada ressaltou o desejo de fazer o curso de informática, embora sem ter certeza de que viesse a conseguir uma vaga, em virtude da intensa procura pelo curso. Além disso, quase todas elas afirmaram ter computador em casa, com conexão à Internet.

Entretanto, apesar de toda a insistência ao longo das entrevistas em tentar relacionar os conceitos de inclusão digital às atividades e anseios daquelas senhoras, ficou claro que seu objetivo maior era a qualificação profissional em corte e costura, e assim poder realizar o sonho da carteira assinada ou do negócio próprio. Para elas, diferentemente do que defendia o edital do Casa Brasil, a relação entre inclusão digital e desenvolvimento social não era tão consequente ou causal. Para elas, não eram os *bits* e *bytes*, mas sim o “agulhar” das máquinas de costurar o principal meio de se atingir um certo desenvolvimento socioeconômico. Informática, para elas, estava, em geral, associada a seus filhos.

Isto não quer dizer que o projeto Casa Brasil seja falho, mas ajuda a mostrar que as demandas por políticas públicas são, muitas vezes, locais, datadas e mutantes. Certamente, a criação da Casa Brasil, com toda a sua estrutura, tem importância na comunidade de Vigário Geral, ou, pelo menos, para as pessoas entrevistadas. Também é certo que a presente pesquisa seria de outro teor

caso tivesse a oportunidade de dialogar com ex-alunos dos cursos de informática.

De qualquer maneira, queremos destacar que a dinâmica da Casa Brasil de Vigário Geral tem um caráter que foge à rigidez de uma política universalizante, ou seja, de um modelo único de projeto de cultura digital capaz de abranger todo o território nacional<sup>11</sup>. Isto em parte parece estar associado à precariedade de apoio financeiro da ONG, assim como também às demandas locais da comunidade, ou de certos grupos dela.

A própria V. destacou que muitas vezes os empresários da região entram como parceiros em cursos para a formação de mão de obra.

Hoje a gente tá dando uma aula aqui que alguns empresários pagam; a gente qualifica os profissionais aqui da área. A gente monta a turma e dá curso de telemarketing, a gente dá curso de técnicas de venda, qualidade no atendimento ao cliente. Essa época agora [final de ano] eles [os empresários/comerciantes de Vigário Geral] vendem pra caramba<sup>12</sup>.

A inexistência, ainda que temporária, de cursos no telecentro da ONG, o auditório transformado em espaço para a realização de cursos de produção de adereços e o estúdio multimídia literalmente fechado materializam a precariedade do projeto. Diante dessa cena, todo o discurso em torno de uma inclusão social através de usos comunitários das TICs se perde no ar, como poeira. O que no edital era visto como consequência (acesso às TICs leva a inclusão social) revela-se, na prática, como uma tarefa muito mais complexa.

Um estudo mais detalhado, algo que está além do escopo deste artigo, poderia verificar a possibilidade de se olhar para a Casa Brasil de Vigário Geral como um rizoma (cf. DELEUZE; GUATTARI, 1995). Um olhar possível para a Casa Brasil de Vigário Geral consideraria que houve um desvio em relação ao estabelecido no edital, ainda que o período de vigência do projeto já tivesse chegado ao fim. Mas este seria um olhar extremamente condescendente com o edital, fiel a

---

11 Não queremos dizer que o projeto Casa Brasil tinha um caráter necessariamente universalizante, uma vez que uma das atribuições do proponente de uma unidade do projeto consistia, segundo o edital, em organizar um Conselho Gestor para a administração do espaço. Assim, “a comunidade toma conta da infra-estrutura pública e estabelece a construção coletiva e democrática das ações, tendo como base seus objetivos e princípios. (...) Será nas reuniões públicas do Conselho Gestor que o projeto será aprimorado com base nas opiniões, necessidades e expressões específicas de cada comunidade que participa das atividades da unidade” (PROJETO CASA BRASIL, 2008, p. 19).

12 Vigário Geral é um importante centro comercial e industrial da cidade do Rio de Janeiro, ao contrário do que faz supor um certo imaginário, no qual Vigário Geral aparece somente como uma favela. De fato, um olhar mais atento pode vislumbrar que há uma pulsante divisão territorial no bairro, delimitada pela linha férrea. Um olhar para o outro lado do muro cinzento que cerca os trilhos logo percebe as casas praticamente “coladas” a ele, com suas paredes de tijolos expostos, como é característico das favelas cariocas. De um lado, a parte “urbanizada” do bairro, onde fica a Casa Brasil. Do outro, a favela. Ligando os dois lados, apenas uma passarela, que se lança, soberana, sobre os trilhos. Este “outro lado” – também referenciado como “lá dentro de Vigário Geral” ou “comunidade”, apareceu inúmeras vezes no relato das pessoas entrevistadas. Uma outra narrativa, mais enraizada nas entranhas daquela comunidade, certamente teria que tentar transpor esta divisão e trilhar o caminho da passarela, ligar os dois lados.



um modelo de pensamento radical, essencialista, e que certamente não daria conta de agenciar as **relações** encontradas no sobrado da Praça Dois de Vigário Geral, com seu telecentro temporariamente fechado, seus cursos diversificados e não necessariamente ligados à cultura digital, seu auditório transformado em oficina de adereços para o carnaval etc.<sup>13</sup>. O rizoma, por sua vez, permitiria considerar aquilo que os autores chamam de linhas de fuga, desterritorialização. Segundo eles, “um rizoma não pode ser justificado por nenhum modelo gerativo. Ele é estranho a qualquer ideia de eixo genético ou de estrutura profunda” (Deleuze & Guattari, 1995, p. 20).

O rizoma permite vislumbrar as conexões horizontais e inesperadas entre elementos que a princípio não foram colocados juntos. Atentar para este jogo da complexidade, o jogo da vida, tal como exercitado nesta breve narrativa sobre a Casa Brasil de Vigário Geral, poderia, por exemplo, levantar hipóteses para os motivos pelos quais apenas 76 das 90 unidades do Casa Brasil estavam ativas em 2009<sup>14</sup> e, quem sabe, permitir a criação de editais mais vinculados às questões locais e que enxerguem as articulações entre inclusão digital e desenvolvimento social de uma maneira menos determinista.

Segundo Marco Aurélio de Carvalho, coordenador nacional do projeto, “um dos problemas do Casa Brasil é que as iniciativas que ganharam o edital nem sempre estiveram em conformidade com o que o edital determina. As organizações enxergam somente que o governo vai dar bolsa, equipamento, custeio para reformar os prédios, e não prestam atenção em seus compromissos: fazer ação com comunidades, adotar software livre, contribuir para a inclusão social” (CARVALHO; SILVA FILHO, 2010). Embora este seja um relato sem dúvida relevante, o mesmo suscita alguns questionamentos: será que os problemas do Casa Brasil residem somente nas dificuldades das organizações em seguir o estabelecido no edital? Ou será que além destas dificuldades por parte das organizações, o poder público também não tem conseguido articular satisfatoriamente as diretrizes do edital com as particularidades de cada Casa Brasil? Afinal, não nos parece que a ação com comunidades e software livre sejam temas tão simples assim de serem fomentados/articulados.

Em suma, não “estar em conformidade” com o que determina um edital é apenas a ponta de um iceberg. Afirmá-lo como o problema dá a impressão, à primeira vista, de uma postura

---

13 Na época em que a pesquisa de campo para este trabalho foi realizada, a ONG estava oferecendo apenas dois cursos: um de adereços e outro de corte e costura, ambos ligados a projetos do Ministério do Trabalho e Emprego. Nenhum deles estava ligado à concepção inicial do Projeto Casa Brasil, ou seja, de um centro voltado à inclusão social via inclusão digital. O curso de informática, em particular, estava parado por falta de verbas para manter um monitor/instrutor.

14 No final de 2009, o Casa Brasil passou por uma transferência de órgãos: do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI) para o MCT, que antes somente o apoiava. O projeto, que vinha enfrentando sérias dificuldades orçamentárias, passou por uma revisão, quando foi decidido que das 76 unidades remanescentes, apenas 56 poderiam continuar suas atividades. As demais foram descontinuadas principalmente por não-conformidade com o edital do projeto (CARVALHO; SILVA FILHO, 2010).

autoritária, segundo a qual a realidade vivida teria de seguir à risca a realidade prevista. Mas ainda mais grave, revela uma miopia típica do olhar estatal e planejador, muito afeito a planos e projetos, mas pouco avançado no sentido de monitorar a sua entrada em cena. Um edital “em ação” configura e é configurado por enredamentos locais, ou dito de outra forma, um edital faz rizoma com o mundo onde é introduzido. Sem percebê-lo, a linguagem “técnica” do administrador público acaba consolidando uma retórica oficial de “não conformidade”, fácil de ser aprisionada em instâncias burocráticas, e que, à revelia do administrador, acaba punindo os “não conformados”, em vez de ensinar uma atitude mais produtiva, a saber, a revisão ágil e flexível de sua intervenção através de editais (o que obviamente demandaria um diálogo mais intenso com os “não conformados”). Mesmo o mais bem intencionado dos planos, como é o caso do projeto da Casa Brasil, (felizmente!) não tem como escapar às intempéries de um mundo em fluxo.

Por outro lado, as respostas às questões de “falta de conformidade” ao edital não podem ser generalistas. Elas tem que ser tecidas caso a caso. A narrativa tecida neste artigo, por exemplo, colocou em cena uma Casa Brasil com dificuldades financeiras após a saída prevista do governo federal e com grande dependência de outros editais públicos. Entretanto, para não dizer que não falamos de flores, também vislumbramos conexões rizomáticas que aparentemente se articulam muito bem com a realidade local, como os cursos de corte e costura para mulheres em busca de uma qualificação profissional e da saída do lar, cursos de adereços – em uma cidade onde o carnaval é uma das maiores festas populares – e cursos ligados à demanda de empresários locais por profissionais com certa qualificação.

Essas articulações encontradas no sobrado da Praça Dois de Vigário Geral, Rio de Janeiro, mostram muito bem que as relações entre inclusão digital e desenvolvimento social não são tão consequentes ou causais. Entre os dois há outros caminhos possíveis<sup>15</sup>.

---

15 Uma indicação da preocupação do governo federal em pensar melhor sobre estas questões pode ser percebida na nova configuração que o Casa Brasil está tomando. Segundo Roosevelt Tomé Silva Filho, coordenador geral de inclusão digital da Secis/MCT e atual responsável pelo Casa Brasil, o projeto será integrado à Rede de Extensão Para a Inclusão Digital (Reid), onde "professores e alunos das universidades vão poder usar o espaço para validar pesquisas acadêmicas, para atrair a comunidade para participar de pesquisas acadêmicas" (CARVALHO; SILVA FILHO, 2010).

## Referências

CARVALHO, Marco Aurélio de, SILVA FILHO, Roosevelt Tomé. "Os novos rumos do Casa Brasil". Entrevista concedida a Patrícia Cornils. *A Rede*, ano 6, nº57, pp. 18-22, abril de 2010. Disponível em: <<http://www.arede.inf.br/inclusao/edicoes-anteriores/159-edicao-aredo-no-57-abril-de-2010/2853-entrevista>>. Último acesso em: 07 de novembro de 2010.

DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Vol. 1, São Paulo: Editora 34, 1995.

EDWARDS, Paul N.. *The Closed World: Computers and the Politics of Discourse in Cold War America*. Cambridge, MA: MIT Press, 1995.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MCT-SECIS/CNPq/Casa Civil – ITI/CGPCB. “Edital nº 041/2005”, *Diário Oficial da União (DOU)*, nº 117, Seção 3, p. 5, 21 de junho de 2005. Disponível na íntegra em: <<http://www.cnpq.br/editais/ct/2005/docs/041.pdf>>. Último acesso em: 7 de novembro de 2010.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. *Conheça o Plano Nacional de Qualificação – PNQ*, 2007. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/pnq/conheca.asp>>. Último acesso em: 07 de novembro de 2010.

ROSZAK, Theodore. “O computador e a contra-cultura”, In: ROSZAK, Theodore, *O culto da informação – o folclore dos computadores e a verdadeira arte de pensar*. Rio de Janeiro: Ed. Brasiliense, 1998, Capítulo 7.

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. *ProJovem Urbano – Programa Nacional de Inclusão de Jovens*, 2007. Disponível em: <<http://www.projovemurbano.gov.br/site/index.php>>. Último acesso em: 07 de novembro de 2010.

PROJETO CASA BRASIL. *Como fazer um conselho gestor funcionar*. Brasília: Casa Brasil, 2008. Disponível em: <[http://www.casabrasil.gov.br/manual\\_conselho\\_gestor.pdf](http://www.casabrasil.gov.br/manual_conselho_gestor.pdf)>. Último acesso em: 07 de novembro de 2010.